

DECRETO Nº 100  
Vinte de Janeiro de 1920  
Porto, em sessão da Comissão Executiva  
Fazendo de



1071  
11-2-1920

Na ma Camara.

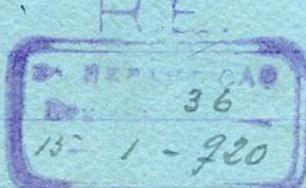
Diz Joao da Costa Campos, residente  
na Rua Antero do Pinhal N° 635 que  
desejando abandonar construir dois predios  
conforme o projecto feito no seu terreno  
situado na Rua do Campo Grande proximo  
ao N° 234 desta Cidade. Não tem predios aos lados

Vem solicitar da  
Esma Camara que  
lhe seja concedida a  
para entrar no Cafe Municipal da quantia de  
R\$ 30.000,00 ante da informação respectiva que  
lhe consta a guia N° 82 que nessa data  
foi enviada à Procuradoria.

Rep. da Fazenda Municipal, d'3 de Fevereiro de 1920 de ferimento.  
Assinado  
Porto 15 de Janeiro de 1920.

João da Costa Campos

36



Pagamento N.º 97  
23 de Fevereiro de 1920



CMP  
AG

492  
g  
APPROVADA PORTO EM CAMARA,  
1 DE Fevereiro DE 1920  
O PRESIDENTE

## Memória justificativa

O presente projecto refere-se à construção de duas casas com lojas e dois pavimentos destinados a habitação que João da Costa Caupros pretende edificar no seu terreno da rua do Caupros lindo próximo ao N<sup>o</sup> 234 - Porto.

- 1º Os alicerces serão edificados na altura precisa de forma a garantir a estabilidade das construções.
- 2º As paredes de elevação serão de periponto e bem argamassadas.
- 3º Os movejamentos e maias madeiras de construção serão de castanho e pinho nacional conforme as suas aplicações.
- 4º As fachadas serão conforme o projecto.
- 5º Todas as paredes, tectos e tapamentos serão cheios direitos rebocados e caiados.
- 6º As fossas serão impermeáveis e nos termos regulamentares.
- 7º As retretes levam bacias de sifão e tubo de gres vidrado para a fossa prolongando-se o tubo de queda só fora do tellado.



- 8º A chaminé também obdecerá aos termos regulamentares
- 9º Finalmente toda a edificação será executada nos termos do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 14 de Fevereiro de 1903.

Porto, 15 de Janeiro de 1920

494

Registo } N.º 36 R.E.  
Data 15-1-1920

Licença } N.º .....  
Data .....

CMA  
AG



# Câmara Municipal do Pôrto

## 3.ª Repartição — Obras Públicas

### EDIFICAÇÃO URBANA

Especificação da obra: corralização de casas

Requerente: José da Costa Campos

Morada: Rua António do Euvéval, 636

Situação da obra: Rua do Campo Lindo

Responsável:

A) No projecto apresentado é

de 20,00 m<sup>2</sup>, a superfície total coberta, incluindo anexos;

de 549,00 m<sup>2</sup>, a superfície total habitável (útil);

de 13,30 ml, a extensão horizontal total das fachadas voltadas para a via pública;

e de 8,50 ml, a menor distância d'aqueles a esta;

de ml, a altura média da mais alta das fachadas;

e de 10,00 ml, a altura média da mais baixa das fachadas.

Tem dois pavimentos de nível superior ao do solo circunjacente, aguas-furtadas e lojas  
de pavimentos mais baixo que o solo.

Destina-se a Habitações

Está nos casos do art. 136.º do Cod. de Post.

Declaração de responsabilidade:

## O projecto

**B)** pelo que respeita ás prescrições do Código de Posturas em vigor e do Regulamento de Salubridade das edificações urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903:

- a) sobre a altura das fachadas (art.<sup>os</sup> 5.<sup>º</sup> e 6.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
b) sobre a altura inferior, ou pé direito dos andares (§ 3.<sup>º</sup> do art. 6.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
c) sobre quartos de dormir e dormitórios (art. 13.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
d) sobre as dimensões das janelas (art. 11.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
e) sobre páteos e saguões (art.<sup>as</sup> 19.<sup>º</sup> e 20.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
f) sobre escadas interiores (§§ 1.<sup>º</sup> e 2.<sup>º</sup> do art. 9.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
g) sobre portas, janelas, balcões ou mostradores nos andares térreos (art. 146.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
h) sobre alpendres, sobre-céus ou cobertura de portas, avançando sobre a via pública (art. 146.<sup>º</sup> e seus §§ 1.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
Nota: a superfície da projecção de alpendre na via pública é de <sup>m<sup>2</sup></sup>; a taxa anual a que se refere o § 2.<sup>º</sup> do art. 146.<sup>º</sup> do C. de P.) poderá ser de Esc. . . . .  
i) sobre péses salientes junto das hombreiras dos portões (art. 132.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
j) sobre degraus, escadarias, rampas e balcões junto ás soleiras das portas (art. 131.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
k) sobre beirais e calões dos telhados (§ 1.<sup>º</sup> do art. 136.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
l) sobre tubos de queda (art. 25.<sup>º</sup> a 35.<sup>º</sup> inclusivé, do R. de S. e § 2.<sup>º</sup> do art. 136.<sup>º</sup>, art. 148.<sup>º</sup>, 149.<sup>º</sup> e 168.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
m) sobre sifões e tubos de ventilação (art. 36.<sup>º</sup> a 41.<sup>º</sup> inclusivé do R. de S.) . . . . .  
n) sobre latrinas, pias, urinois e outros esquadoiros (art. 42.<sup>º</sup> a 47.<sup>º</sup> inclusivé) . . . . .  
o) sobre fossas (art. 48.<sup>º</sup> a 53.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
p) sobre as condições a que devem satisfazer os alojamentos de pavimento subjacente ao da rua ou do terrén confinante (art. 18.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
q) sobre a defesa das parêdes contra a humidade vinda capilarmente dos alicerces (art. 10.<sup>º</sup> do R. de S.) ou vinda dos telhados (art. 16.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
r) sobre a defesa dos pavimentos térreos contra a humidade (art. 9.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
s) sobre chaminés (art. 129.<sup>º</sup> e 130.<sup>º</sup> do C. de P.) . . . . .  
t) sobre alojamento para animais (art. 54.<sup>º</sup> e 55.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
u) sobre edifícios para reuniões públicas, como egrejas, teatros, etc., e para oficinas (art. 12.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
v) sobre os terrénos alagadiços, humidos ou sujos (art. 1.<sup>º</sup> e 2.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
x) sobre construções ou instalações onde possam depositar-se imundícies, como cavalariças, currais, vacarias, lavadoiros, fábricas de productos corrosivos ou prejudiciais para a saúde pública, etc. (art. 3.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
y) sobre terrenos vizinhos de cemitérios (art. 4.<sup>º</sup> do R. de S.) . . . . .  
z) sobre a saléncia de varandas cobertas, balcões, bow-windows, etc. . . . .
- C)** sob o ponto de vista archítetónico . . . . .
- D)** pelo que respeita á estabilidade . . . . .

Condições a impôr:

495  
G

Alinhamento: a determinar

Nível de Soleiras: u u

Depósito: topo 30kvo



Licença a taxa: topo 3kvo

Observações:

Taxa 3kvo

Licença 2kvo

A'l. dos M. Sanitários  
20-1-920  
Transformações

Aprovado pela A'l. de M. Sanitários em  
sessão de 20-1-920

A'l. de Estética

3-2-920

Transformações

Aprovado

COMISSÃO DE ESTÉTICA

DA CIDADE DO PORTO

Sessão de 7 de Fevereiro de 1920

O Secretário

Francisco J. Tavares

Presidente

Nº 605 - Infal do Casamento

3-2-920

Transformações

Nesta rua não existe colecta do saneamento

5-2-920

Francisco J. Tavares

Informo que o pedido está em condições de poder ser defe-  
rido.

6-2-920

Propriedade O Engº Chife.  
Departamento de Minas  
Justo São Paulo

498

# Câmara Municipal da Cidade do Porto



Ano Civil de 1920

C.M.P.  
AG

Guia de entrada de depósito N.º 82

Despacho de 7 de Fevereiro

de 1920

Dinheiro corrente....	30 \$00
Papeis de crédito....	\$
Total Esc. ....	<u>30 \$00</u>

Pela presente guia vai João da Costa Lameiros  
entrar no Caixa desta Municipalidade com a quantia de trinta escudos em  
dinheiro.

como depósito de garantia às condições, sob que lhe foi concedida a licença  
a 97 d'esta data, para constituir dois imóveis no seu tempo  
no situado na rua do Caminho Pintor.

quantia de que o respectivo tesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal, 23 de Fevereiro de 1920

O Chefe dos Serviços de Fazenda,

Antônio Oliveira da Rocha

Recebi a quantia de trinta escudos  
supra mencionada.

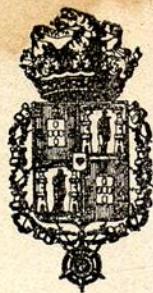
Tesouraria Municipal do Porto, em 23 de Fevereiro de 1920

Registada

Em 23 de Fevereiro de 1920

O Tesoureiro,

José da Cunha Braga



N.º

497  
27/11  
C.M.P.  
AG

# Municipalidade do Pôrto

Concede-se licença a José da Costa Campos

para que possa construir dois prédios, num terreno  
situado na freguesia de Campo Lindo proximo ao  
n.º 234, conforme o projecto que lhe foi  
aprovado em 7 do corrente

em harmonia com o disposto no regulamento das edificações urbanas, decretado em 14 de Fevereiro de 1903, e ficando sujeito ao alinhamento e nível de soleiras que lhe serão designados gratuitamente e ao disposto nas respectivas posturas e mais deliberações municipais; e bem assim para que possa ocupar logar em terrreno público para depósito de materiais, devendo cumprir o disposto nos art.ºs 138 a 140 inclusivé do Código de Posturas Municipais.

Pôrto e Paços do Concelho, 23 de Fevereiro de 1920

(a) Serafim Oliveira Sousa 1.º Oficial  
Pelo Engenheiro Chefe da 3.ª Repartição, subscrevi.  
O PRESIDENTE, da C. Ex. va.

Desta, emolumentos para a  
Câmara . . . . . 2\$50  
Impresso . . . . . \$03  
Taxa 3496  
6849

Registada.

Depositou na tesouraria do Concelho a quantia de Trinta  
escudos Esc., conforme a guia n.º 82